

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Nero
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

15 OUT 1986

O negro panorama que só o governo não vê

A "Nova República", que veio com a proposta de reaproximar governantes e governados, é vítima do mesmo mal que assolou todas as administrações federais desde que Juscelino Kubitschek instalou a sua sede no Planalto Central. O Brasil que é servido ao presidente da República todos os dias em sua mesa de trabalho ou nas corridas viagens que ele faz a alguns pontos do País não tem nada a ver com o Brasil em que vivem os cidadãos da planície. Esta maldição, que tem muito do último Baile da Ilha Fiscal (enquanto a monarquia dançava os republicanos tramavam a queda do imperador), já tomou conta do presidente José Sarney e também parece enfeitiçar o ministro Dilson Funaro. Só os dois não perceberam ainda a colossal ressaca que se aproxima e coloca em risco os alicerces em que está assentada a frágil política econômica deste governo. Sarney e Funaro insistem em cultivar um esdrúxulo otimismo e se recusam a aceitar — e muitas vezes a sequer ouvir — as advertências e sugestões que partem de todos os quadrantes, com propostas de retificações de rumo no natimorto Programa de Estabilização Econômica.

Os sinais da deterioração da política econômica do País, tanto na frente interna quanto na frente externa, espócam de todos os lados. O ministro Dilson Funaro pôde sentir este fato em toda a sua extensão durante os contatos que manteve com empresários alemães no último fim de semana: Funaro aproveitou a festa do septuagésimo aniversário da Sociedade Ibero-Americana, em Hamburgo, para defender suas teses a respeito do tratamento diferenciado que o Brasil espera receber de seus credores e ainda para tentar convencer os investidores alemães a aplicar mais no Brasil.

O que Funaro ouviu em troca não foi nada alentador, apesar da cordialidade e simpatia com que foi recebido. O diretor do Deutsch Bank, Werner Blessing, por exemplo, acha, como nosso ministro, que o reescalonamento puro e simples da dívida e mais empréstimos não irão resolver os problemas dos endividados; é preciso reformas estruturais como a adoção de políticas comerciais mais abertas. O banqueiro fez, porém, uma ressalva: "Qualquer coisa que for feita, qualquer medida que implique investimentos diretos, créditos ou outra ação financeira, deve ser antecedida por análises do Fundo Monetário Internacional, que deve acompanhar e justificar cada caso". Uma proposição que o governo brasileiro abomina.

No mesmo tom, o presidente da Sociedade Ibero-Americana, Gunter Becker, durante vários anos presidente da Bayer do Brasil, lembrou que investimentos diretos devem ter como contrapartida um tratamento mais liberal em matéria de remessa de lucros, pagamento de royalties, direitos autorais e patentes. Sobre a Lei de Informática, Becker advertiu que ela só serviu para afugentar novos investidores e desestimular os já presentes no País. Um exportador de conservantes para a indústria alimentícia queixou-se da "irracionalidade, da burocracia paranóica e da falta absoluta de critérios" por parte da Cacex.

O diretor do Hamburgo Hermes, o organismo alemão responsável pelas coberturas comerciais, Joachim-Rudiger Kautz, contou que há pressões para que o Brasil volte a ser caracterizado como "risco standard", mas disse que isso só irá acontecer quando todos os mecanismos institucionais — acordos com FMI e Clube de Paris — tiverem sido acionados.

Os efeitos desta desconfiança, que não é só dos alemães — Sarney e Funaro puderam sentir a mesma coisa nos Estados Unidos — já estão aparecendo nas contas externas do Brasil.

A Gazeta Mercantil de ontem mostrava, baseada num estudo oficial entregue ao presidente José Sarney, que o País perderá, neste ano, cerca de 1,5 bilhão de dólares em reservas cambiais, e quantia semelhante no próximo ano. A projeção indica que as contas poderão piorar mais ainda. O que é quase certo.

Nosso principal parceiro comercial — os Estados Unidos — estão às voltas com uma dívida externa calculada hoje em 200 bilhões de dólares, com forte tendência a atingir, até o final da década, os 500 bilhões de dólares. Conforme constata o jornalista Leonard Silk, do N.Y. Times em artigo que publicamos ontem, se o governo norte-americano quiser restaurar o equilíbrio do seu balanço de pagamentos — para impedir o crescimento da dívida — precisará reduzir o seu consumo de mercadorias e serviços estrangeiros em mais de 200 bilhões de dólares ao ano. Na verdade, Reagan deverá atacar a questão em duas frentes: precisará forçar, ao mesmo tempo, uma queda nas importações e um aumento nas exportações. No caso, o Brasil poderá ser atingido de ambos os lados de maneira dramática em face de sua política de reserva de mercado para a informática.

O panorama, na frente doméstica, não é melhor. A teimosia do presidente Sarney e do ministro Funaro — de cunho puramente político-eleitoral — era manter intocado o congelamento de preços, e a recusa dos dois em dar prosseguimento ao Plano Cruzado — corte no déficit público, política monetária mais austera — levou o sistema econômico brasileiro a um grau de desorganização nunca antes alcançado. A falta de mercadorias está se generalizando e já atinge os principais insumos utilizados na indústria em geral: falta aço plano, falta papel, falta alumínio, falta ferro gusa. A carne, como se vê, ganhou notoriedade porque ela é um produto político, mas está longe de ser o problema mais grave.

As voltas com a defasagem nos preços provocada pelo congelamento arbitrário e não querendo se desfazer da impossível meta de "inflação zero", o governo vai tapando os buracos que aparecem, distribuindo subsídios a rodo. Sem contar os já tradicionais — como o do trigo que só este ano consumirá 22 bilhões de cruzados, o do açúcar, o do álcool e outros menores — as autoridades econômicas já autorizaram concessões de favores fiscais para o leite, para os cigarros e para vidros para a indústria farmacêutica, três setores que estavam com seus preços fora da realidade. Agora, na segunda-feira, para cobrir prejuízos que duas de suas empresas estavam tendo com o congelamento de suas tarifas, o governo autorizou que o Tesouro Nacional, com recursos de impostos, repasse Cz\$ 758,8 milhões para os Correios e Cz\$ 570 milhões para a Rede Ferroviária. Nos próximos dias, certamente, será a vez da Siderbrás, depois da Eletrobrás, em seguida da Petrobrás e assim por diante.

O final desta novela será um estouro sem precedentes no déficit público. E, quando chegar a hora de cobrir este rombo, a roda da inflação será acionada a todo vapor. E sem nenhuma vantagem, porque o subsídio só adia o problema: um dia o descongelamento terá de ser feito. E quanto mais demorar, mais traumático ele será.

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen, um economista ponderado que não gosta de criticar governo nenhum, pelo contrário, sempre procura fazer críticas construtivas e apresentar propostas concretas para os

impasses que aparecem, já vislumbrou o cenário em que se desenrolará o capítulo do descongelamento dos preços, se o governo continuar insistindo em ignorar a realidade que o cerca:

"Houve um processo desbalanceado de combate à inflação. Os estoques acabaram, há escassez e desmantelamento da iniciativa privada. A próxima consequência será o desemprego e, a última etapa, a explosão da inflação". A penúltima, dizemos nós. A última será a morte do sonho democrático.